


O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E NA PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ

THE ROLE OF SCHOOLS IN PREVENTING VIOLENCE AND PROMOTING A CULTURE OF PEACE

EL PAPEL DE LAS ESCUELAS EN LA PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA Y LA PROMOCIÓN DE UNA CULTURA DE PAZ

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-147>

Data de submissão: 13/05/2025

Data de publicação: 13/06/2025

Elson José Ribeiro

Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação
MUST University
E-mail: elsonj.ribeiro@hotmail.com

Luis Humberto Caparroz

Doutorando em Educação
Universidad Nacional de Rosario (UNR)
E-mail: lhcaparroz@gmail.com

Renata Candida de Oliveira

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
MUST University
E-mail: renata_candida_oliveira@hotmail.com

Kelly Gissane Perrout Rosa

Mestranda em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
E-mail: kelly.perrout@gmail.com

Adenizia Serafim dos Santos Farias

Doutoranda em Direitos Humanos
Universidade Tiradentes (UNIT)
E-mail: doutorado_adeniziassf@souunit.com.br

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar o papel da escola na prevenção da violência e na promoção da cultura de paz, por meio de uma investigação bibliográfica fundamentada em produções acadêmicas publicadas entre 2015 e 2025. A pesquisa abordou as potencialidades do ambiente escolar como espaço de mediação de conflitos, reorganização curricular e formação docente orientada por valores éticos e democráticos. A metodologia consistiu na seleção e análise de artigos científicos indexados no Google Acadêmico, utilizando palavras-chave simples e específicas. Os resultados indicaram que a inserção da cultura de paz no cotidiano escolar contribui significativamente para o fortalecimento de relações interpessoais saudáveis e para a mitigação de práticas violentas. Constatou-se que a mediação de conflitos, a reformulação curricular e a formação continuada dos professores são estratégias eficazes para a construção de uma escola mais justa e inclusiva. Conclui-se que o

compromisso institucional com a cultura de paz deve ser permanente e articulado aos princípios da convivência democrática e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Mediação de Conflitos. Formação Docente. Currículo Escolar. Educação Para a Paz. Ambiente Escolar.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the role of schools in preventing violence and promoting a culture of peace, through a bibliographical investigation based on academic productions published between 2015 and 2025. The research addressed the potential of the school environment as a space for conflict mediation, curricular reorganization, and teacher training guided by ethical and democratic values. The methodology consisted of selecting and analyzing scientific articles indexed in Google Scholar, using simple and specific keywords. The results indicated that the inclusion of a culture of peace in the daily school routine contributes significantly to strengthening healthy interpersonal relationships and mitigating violent practices. It was found that conflict mediation, curricular reformulation, and ongoing teacher training are effective strategies for building a more just and inclusive school. It is concluded that the institutional commitment to a culture of peace must be permanent and articulated with the principles of democratic coexistence and human rights.

Keywords: Conflict Mediation. Teacher Training. School Curriculum. Education for Peace. School Environment.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar el rol de las escuelas en la prevención de la violencia y la promoción de una cultura de paz, mediante una investigación bibliográfica basada en la producción académica publicada entre 2015 y 2025. La investigación abordó el potencial del entorno escolar como espacio para la mediación de conflictos, la reorganización curricular y la formación docente, guiada por valores éticos y democráticos. La metodología consistió en la selección y análisis de artículos científicos indexados en Google Académico, utilizando palabras clave simples y específicas. Los resultados indicaron que la inclusión de una cultura de paz en la vida escolar contribuye significativamente al fortalecimiento de las relaciones interpersonales saludables y a la mitigación de las prácticas violentas. Se constató que la mediación de conflictos, la reformulación curricular y la formación docente continua son estrategias eficaces para construir una escuela más justa e inclusiva. Se concluye que el compromiso institucional con una cultura de paz debe ser permanente y estar articulado con los principios de la convivencia democrática y los derechos humanos.

Palabras clave: Mediación de conflictos. Formación docente. Currículo escolar. Educación para la paz. Entorno escolar.

1 INTRODUÇÃO

A violência em contextos escolares representa um fenômeno persistente e multifacetado, com repercussões significativas no processo de ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e na formação ética dos sujeitos. Manifestações como bullying, agressões físicas, simbólicas e verbais, bem como práticas excludentes ou discriminatórias, evidenciam a complexidade da convivência escolar em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais. Diante desse cenário, a escola não pode ser compreendida apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como instância mediadora das relações sociais, responsável também pela promoção de valores que sustentem o respeito, a empatia e a justiça. É nesse contexto que a cultura de paz adquire centralidade, não como discurso abstrato, mas como diretriz pedagógica e institucional.

A escolha pelo presente tema justificou-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre as possibilidades de atuação da escola na prevenção de práticas violentas, não apenas por meio de dispositivos disciplinares, mas por ações formativas, curriculares e mediadoras que promovam um ambiente educativo baseado no diálogo e na valorização da diversidade. A relevância social e pedagógica da temática reside na urgência de se instituir políticas e práticas que enfrentem a violência de maneira estruturada, sustentável e articulada com os princípios da convivência democrática e dos direitos humanos.

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão norteadora: de que maneira a escola pode contribuir para a prevenção da violência e a promoção da cultura de paz por meio de práticas pedagógicas e organizacionais que favoreçam a mediação de conflitos, a formação docente e a revisão do currículo escolar?

Diante disso, estabeleceu-se como objetivo geral analisar o papel da escola na prevenção da violência e na promoção da cultura de paz. Como objetivos específicos, pretendeu-se: (a) discutir o potencial transformador da cultura de paz nas relações escolares; (b) examinar a relevância da inserção da cultura de paz no currículo como estratégia de enfrentamento da violência; e (c) compreender de que modo a mediação de conflitos e a formação docente contribuem para a consolidação de práticas educativas pacificadoras.

A metodologia adotada fundamentou-se em pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica. Foram selecionados artigos científicos publicados entre 2015 e 2025, acessados principalmente por meio do *Google Acadêmico*, com uso de combinações simples de palavras-chave como ‘violência escolar’, ‘cultura de paz’, ‘currículo escolar’, ‘mediação de conflitos’ e ‘formação docente’. Os critérios de inclusão priorizaram produções com aderência temática, relevância teórica e atualidade.

A fundamentação teórica apoiou-se em autores que investigam a relação entre educação, cultura de paz e justiça social, com destaque para os estudos de Santos *et al.* (2024), Monteiro *et al.* (2021) e Martins e Silva (2023), cujas contribuições permitiram a construção de uma análise crítica e articulada sobre as práticas escolares voltadas à superação da violência.

O texto foi estruturado em três capítulos temáticos. No primeiro capítulo, intitulado ‘A cultura de paz como estratégia de transformação das relações escolares’, analisam-se os fundamentos conceituais e pedagógicos da cultura de paz no contexto educacional. O segundo capítulo, o currículo escolar como ferramenta de prevenção à violência, discute o papel do currículo como mediador de valores e práticas formativas voltadas à convivência pacífica. O terceiro capítulo, mediação de conflitos e formação docente para a promoção da paz, aborda a qualificação dos profissionais da educação para o exercício de práticas restaurativas e de gestão não violenta dos conflitos escolares.

Essa estrutura permitiu o aprofundamento da temática proposta, articulando teoria e prática, e contribuindo para o fortalecimento do papel da escola como promotora da cultura de paz e da equidade nas relações sociais.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como de natureza bibliográfica, tendo como objetivo reunir, analisar e interpretar produções acadêmicas que abordam a temática da prevenção da violência escolar e a promoção da cultura de paz. A pesquisa bibliográfica foi selecionada como procedimento metodológico por sua capacidade de sistematizar o conhecimento teórico já produzido sobre determinado tema, permitindo a construção de uma base conceitual sólida e atualizada. Segundo Santana, Narciso e Santana (2025, p. 20), “a elaboração de hipóteses fundamentadas direciona a investigação científica”, o que reforça a importância de se recorrer a fontes teóricas reconhecidas para orientar a construção analítica do estudo.

Foram adotadas etapas rigorosas de levantamento, seleção, leitura e análise das obras, com o intuito de garantir a fidedignidade dos dados e a coerência argumentativa da pesquisa. A coleta de dados concentrou-se em artigos científicos publicados entre 2015 e 2025, acessados prioritariamente por meio do *Google Acadêmico*, ferramenta gratuita de busca de publicações acadêmicas mantida pela Google Inc., que indexa periódicos revisados por pares e teses de relevância internacional. Essa plataforma permitiu acesso a textos completos e atualizados, otimizando a busca por conteúdos especializados.

As palavras-chave utilizadas nas buscas foram combinadas de forma simples, a fim de evitar expressões excessivamente extensas ou genéricas. As combinações aplicadas incluíram: ‘violência

escolar’, ‘mediação de conflitos’, ‘cultura de paz’, ‘currículo escolar’ e ‘formação docente’. Os critérios de inclusão compreenderam a atualidade das publicações, a aderência dos conteúdos aos objetivos da pesquisa e a relevância teórica para o campo da educação. Foram excluídos materiais com caráter opinativo, técnico ou desvinculados da dimensão pedagógica.

O processo de análise fundamentou-se em fichamentos temáticos, elaborados a partir de leituras integrais dos textos selecionados. As categorias emergiram de forma dedutiva, orientadas pelos objetivos do estudo e pela recorrência de conceitos-chave relacionados à cultura de paz, à gestão de conflitos e à formação de professores. A sistematização dos dados obedeceu a uma organização cronológica e temática, permitindo estabelecer relações entre os autores e extrair convergências e tensões existentes nas abordagens teóricas.

Nesse percurso, foram observados os princípios da ética acadêmica, garantindo a correta atribuição de autoria e a transparência metodológica. Como reforçam Narciso e Santana (2025, p. 19472), “a utilização dessas tecnologias requer capacitação específica para os pesquisadores e a garantia de que os dados sejam tratados de maneira ética e responsável”.

A escolha pela abordagem qualitativa e bibliográfica justifica-se ainda pela sua adequação à natureza da problemática investigada, que demanda uma análise crítica das representações teóricas sobre a violência escolar e as estratégias pedagógicas de enfrentamento. Conforme afirmam Santana e Narciso (2025, p. 1588), “nenhuma abordagem é superior, mas sim que cada uma possui potencialidades que podem ser exploradas conforme a natureza do problema investigado”. Assim, a metodologia empregada neste estudo permitiu aprofundar a reflexão sobre o papel da escola na construção de práticas educativas comprometidas com os direitos humanos, com a convivência democrática e com a valorização da diversidade.

3 A CULTURA DE PAZ COMO ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES ESCOLARES

A cultura de paz, quando incorporada às práticas pedagógicas, atua como eixo transformador das relações interpessoais no ambiente escolar. Seu fortalecimento demanda um conjunto de ações articuladas, tanto no plano institucional quanto no plano formativo. Conforme apontam Santos *et al.* (2024), a construção de um ambiente escolar seguro e respeitoso não se restringe à adoção de normas disciplinares, mas exige uma mudança nas formas de interação e nas estratégias de convivência.

Monteiro *et al.* (2021, p. 307) afirmam:

A cultura da paz, pois ela é uma proposta, que pode até mesmo ser considerada uma metodologia de prevenção às violências e que permite que valores sociais invadam a escola e se insiram no cotidiano escolar, proporcionando ações de mudança colaborativas e harmoniosas.

Essa abordagem destaca a necessidade de tornar a cultura de paz um princípio norteador das ações educativas, extrapolando a dimensão disciplinar e promovendo transformações efetivas nas práticas escolares cotidianas.

Santos *et al.* (2024) complementam ao afirmar que “a mediação de conflitos e o estímulo ao diálogo são essenciais para o enfrentamento da violência e para a construção de relações escolares baseadas no respeito mútuo” (p. 53). Essa visão é corroborada por Martins e Silva (2023), que identificam na escuta ativa e na corresponsabilidade os pilares para a superação de uma cultura escolar baseada na punição.

De acordo com Martins e Silva (2023, p. 4):

A construção de uma cultura de paz deve considerar a escola como um espaço onde se desenvolvem práticas cotidianas que incentivem a empatia, o diálogo e a escuta ativa, reconhecendo o outro como sujeito de direitos e protagonista do processo educativo.

Esse entendimento redefine o papel da escola como agente político-pedagógico capaz de promover o respeito às diferenças, a valorização das identidades e o reconhecimento da pluralidade de vozes no espaço educativo.

Monteiro *et al.* (2021) argumentam que a cultura de paz precisa ser compreendida como uma prática pedagógica transversal, atravessando todas as áreas do conhecimento e todas as dimensões da vida escolar. Essa perspectiva exige o rompimento com estruturas autoritárias e a construção de relações pautadas na horizontalidade e no cuidado. Nesse sentido, Martins e Silva (2023) defendem a adoção de práticas restaurativas como alternativa à lógica punitivista, com foco na reparação de danos e no fortalecimento de vínculos.

Santos *et al.* (2024) reforçam que a consolidação da cultura de paz no ambiente escolar demanda um esforço institucional permanente e a participação de todos os segmentos da comunidade educativa. Quando praticada de forma articulada e contínua, a cultura de paz contribui significativamente para a transformação das relações escolares e para a construção de um ambiente mais justo, ético e colaborativo.

4 O CURRÍCULO ESCOLAR COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

A estrutura curricular exerce influência direta sobre os processos de subjetivação e convivência no espaço escolar. A forma como os conteúdos são organizados e os valores são transmitidos afeta as relações interpessoais e a dinâmica institucional. Quando o currículo é pensado como dispositivo de inclusão, respeito e justiça social, ele pode atuar na prevenção de diversas formas de violência, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Martins e Silva (2023) afirmam que “a construção de um currículo escolar comprometido com a paz passa pela valorização das relações sociais e pela formação crítica dos estudantes, superando a lógica conteudista e incorporando práticas que favoreçam a convivência democrática” (p. 5). Essa perspectiva rompe com a noção tradicional de currículo centrado na transmissão de conteúdos e propõe uma abordagem voltada à formação ética, cidadã e dialógica.

Monteiro *et al.* (2021, p. 303) reforçam esse entendimento ao afirmar:

As questões referentes à prevenção, na perspectiva da cultura da paz, precisam ser consideradas acerca dos direitos humanos e, por isso, a escola, como instituição formadora, tem em sua essencialidade a função de instruir para a convivência em sociedade.

Essa concepção amplia o papel da escola, atribuindo-lhe a responsabilidade de formar sujeitos capazes de atuar na construção de relações pautadas na equidade e no respeito às diferenças.

Santos *et al.* (2024) destacam que “a ausência de um ambiente harmonioso nas instituições de ensino compromete o processo de ensino-aprendizagem e reforça desigualdades já existentes” (p. 49). Isso revela que o currículo, quando estruturado de forma excludente ou autoritária, não apenas falha em sua função pedagógica, mas contribui para a perpetuação de violências institucionais.

Monteiro *et al.* (2021) argumentam que o currículo deve promover espaços de escuta, reflexão e participação, nos quais os estudantes possam expressar suas identidades, experiências e sentimentos. Essa postura exige do corpo docente o desenvolvimento de metodologias ativas e participativas, que dialoguem com a realidade dos alunos e com os princípios da cultura de paz.

De acordo com Martins e Silva (2023, p. 6):

A escola que deseja consolidar práticas de convivência pacífica deve, necessariamente, rever seus dispositivos curriculares, garantindo que os conteúdos ensinados estejam alinhados à promoção dos direitos humanos, à mediação dos conflitos e à valorização da diversidade cultural, religiosa e social.

Nesse sentido, a prevenção da violência não se efetiva por meio de ações isoladas, mas pela articulação entre currículo, práticas pedagógicas e formação ética. Santos *et al.* (2024) reiteram a

importância de integrar temas como empatia, respeito, justiça e solidariedade às disciplinas escolares, não como conteúdos acessórios, mas como fundamentos do próprio processo educativo.

Assim, torna-se evidente que o currículo escolar, quando estruturado em consonância com os princípios da cultura de paz, transforma-se em instrumento de prevenção das violências e de promoção de ambientes escolares mais inclusivos, críticos e acolhedores.

5 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

A mediação de conflitos constitui uma das estratégias mais eficazes no enfrentamento das tensões interpessoais no contexto escolar. Sua aplicação demanda, porém, a existência de uma cultura institucional que valorize o diálogo, a escuta e a corresponsabilidade. Nesse processo, a formação docente assume papel central, uma vez que é o educador quem atua diretamente nas situações de conflito e nas práticas de convivência que se estabelecem em sala de aula e nos demais espaços da escola.

Monteiro *et al.* (2021, p. 306) ressaltam:

A mediação de conflito constitui-se na construção de um espaço de consciência de si próprio e de ampliar a visão para os pontos de vista e as necessidades dos outros, obtendo melhores resultados na mediação dos problemas, na metodologia do círculo, resolução dos conflitos, a reintegração, o diálogo, a criação do senso comunitário, a compreensão, o apoio e o restabelecimento da convivência.

Essa definição amplia a compreensão da mediação para além de uma técnica de resolução de problemas, evidenciando seu caráter formativo, ético e social. Por isso, é essencial que os professores estejam preparados para atuar como mediadores conscientes da complexidade das relações humanas.

A abordagem centrada no estudante, desenvolvida por Santana e Munhoz (2022) por meio de trilhas personalizadas, também pode ser mobilizada como estratégia de promoção da cultura de paz no ambiente escolar. Ao promover o protagonismo juvenil, o diálogo e a corresponsabilidade no percurso formativo, a proposta contribui para a criação de espaços pedagógicos acolhedores e democráticos. Essa construção coletiva do conhecimento favorece a prevenção de conflitos, a valorização das diferenças e a formação de sujeitos comprometidos com o respeito mútuo e a resolução pacífica de tensões sociais no cotidiano escolar.

Santos *et al.* (2024) afirmam que “a implementação de programas de mediação de conflitos e a inclusão de atividades que incentivem a empatia e o respeito às diferenças podem contribuir significativamente para a redução de conflitos no ambiente escolar” (p. 54). Essa contribuição reforça

a necessidade de investir na formação contínua dos docentes, dotando-os de ferramentas práticas e conceituais para lidar com as situações de tensão que permeiam o cotidiano escolar.

De acordo com Martins e Silva (2023, p. 6):

A formação dos educadores deve incluir práticas que promovam o autoconhecimento, a escuta ativa e a resolução pacífica de conflitos, de forma que possam atuar como mediadores conscientes das complexidades das relações escolares.

Tal perspectiva revela que a mediação exige competências específicas, entre elas a capacidade de escutar, de respeitar os tempos do outro e de promover a restauração dos vínculos rompidos. Não se trata apenas de intervir em conflitos, mas de prevenir sua escalada por meio da criação de ambientes de confiança e reconhecimento mútuo.

Monteiro *et al.* (2021) também argumentam que a formação docente deve estar comprometida com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de práticas restaurativas, capazes de gerar um ambiente favorável à aprendizagem e à convivência. Essa preparação envolve não apenas aspectos técnicos, mas também a construção de uma postura ética, baseada na valorização do outro como sujeito de direitos.

Santos *et al.* (2024) destacam que muitos professores não foram formados para lidar com conflitos de forma dialógica, o que dificulta sua atuação em contextos de violência simbólica ou direta. Nesse sentido, a mediação deve ser entendida como prática institucional, com apoio da gestão escolar e inserida nos projetos político-pedagógicos.

Martins e Silva (2023) complementam que a mediação, para ser efetiva, precisa ser integrada a uma política de formação permanente, que considere as especificidades de cada escola e de sua comunidade. Dessa forma, o professor deixa de ser apenas um transmissor de conteúdos e torna-se agente de transformação das relações escolares.

Por fim, compreende-se que a articulação entre mediação de conflitos e formação docente é fundamental para a consolidação da cultura de paz nas escolas. Trata-se de uma prática que demanda compromisso ético, investimento institucional e disposição para o diálogo, permitindo que a escola se constitua como espaço de acolhimento, reparação e justiça.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos materiais selecionados evidenciou que a escola possui um papel estruturante na consolidação da cultura de paz, especialmente quando se articula ao enfrentamento de diversas formas de violência que comprometem o processo educativo. As principais conclusões extraídas dos estudos

analisados apontam que a construção de um ambiente escolar pacífico não depende apenas da ausência de conflitos, mas da implementação sistemática de práticas pedagógicas orientadas por valores como respeito, empatia, justiça e solidariedade.

As descobertas permitiram compreender que a cultura de paz, ao ser inserida nas práticas escolares, transforma as relações interpessoais e ressignifica o papel dos sujeitos escolares, sobretudo o do educador. A mediação de conflitos, por exemplo, quando realizada por profissionais capacitados, assume função pedagógica e contribui para o desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes. De igual modo, o currículo escolar, ao incorporar valores humanizadores e práticas restaurativas, passa a atuar como ferramenta de prevenção à violência e promoção da cidadania.

Ao serem comparados com outros estudos já consolidados na área, os resultados desta pesquisa convergem com a literatura que valoriza a formação integral dos estudantes e o compromisso da escola com os direitos humanos. Há uma aderência significativa entre os referenciais analisados e as propostas da UNESCO para a educação para a paz, que prioriza a mediação, o diálogo e a construção de ambientes seguros como elementos centrais da convivência democrática.

Contudo, observou-se que, embora existam iniciativas exitosas, ainda persistem limitações relacionadas à formação docente, à ausência de políticas públicas consistentes e à resistência de algumas instituições em rever práticas disciplinares tradicionalmente autoritárias. Tais limitações foram reconhecidas na literatura como fatores que dificultam a consolidação de uma cultura de paz no ambiente escolar. Além disso, a lacuna entre o discurso institucional e a prática cotidiana evidencia a necessidade de maior coerência entre os projetos pedagógicos e a efetivação de ações voltadas à justiça restaurativa e à mediação de conflitos.

Alguns resultados se mostraram surpreendentes, como a constatação de que práticas simples, como rodas de conversa e atividades cooperativas, geram impactos significativos na diminuição de episódios de violência e no fortalecimento dos vínculos entre estudantes e professores. Essa constatação reforça a ideia de que a cultura de paz não se restringe a programas complexos, mas pode ser construída a partir de ações cotidianas, desde que orientadas por princípios éticos e pedagógicos bem definidos.

Considerando os limites da presente pesquisa, especialmente em virtude de sua natureza exclusivamente bibliográfica, recomenda-se o aprofundamento de investigações empíricas que permitam observar diretamente os efeitos das práticas analisadas em contextos escolares distintos. Além disso, torna-se pertinente explorar, em futuras pesquisas, o impacto da formação continuada de professores sobre a eficácia das estratégias de mediação de conflitos e sobre a inserção efetiva da cultura de paz nos currículos escolares.

7 CONCLUSÃO

A presente investigação teve como objetivo analisar o papel da escola na prevenção da violência e na promoção da cultura de paz, tomando como base uma pesquisa bibliográfica orientada por autores que discutem a inserção de práticas educativas voltadas à mediação de conflitos, à humanização das relações escolares e à organização curricular comprometida com os direitos humanos.

A partir da questão norteadora – de que maneira a escola pode contribuir para a redução da violência e para a promoção da cultura de paz – foi possível constatar que os objetivos da pesquisa foram plenamente atendidos. O estudo evidenciou que a promoção da cultura de paz no ambiente escolar não depende exclusivamente da criação de programas específicos, mas da transformação das práticas cotidianas da escola, incluindo a formação docente, o planejamento curricular e as formas de gestão dos conflitos interpessoais.

O objetivo geral, que consistia em compreender o papel da escola na construção de uma cultura de paz, foi alcançado por meio da análise teórica de autores que abordam a educação como prática emancipadora, voltada à convivência democrática e à prevenção de violências. Os objetivos específicos também foram atendidos, à medida que se discutiram as implicações da mediação de conflitos, a importância da formação docente e a reorganização do currículo como ferramentas de prevenção e de promoção de ambientes escolares mais justos e inclusivos.

Conclui-se que a escola deve assumir uma postura ativa na construção de relações éticas, dialógicas e respeitadas, pautadas na valorização da diversidade e na superação de práticas excludentes. Para tanto, torna-se necessário que a formação docente contemple dimensões socioemocionais e práticas restaurativas, que o currículo escolar seja revisto sob a perspectiva da equidade e que as estratégias pedagógicas sejam continuamente alinhadas aos princípios da cultura de paz.

Diante das lacunas identificadas na literatura, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise empírica sobre os efeitos concretos das práticas de mediação no cotidiano escolar, investiguem a efetividade dos programas de formação continuada com foco na cultura de paz e explorem o impacto dessas iniciativas na melhoria do clima escolar e no fortalecimento do protagonismo estudantil.

REFERÊNCIAS

ASINELLI-LUZ, A. Cultura de paz e educação. *In: Educação, cultura e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 157-164.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

MARTINS, L. M.; SILVA, R. A. Cultura de paz e ações socioeducativas: desafios para a escola contemporânea. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, n. 1, p. 1-10, 2023.

MONTEIRO, M. P. G.; LIMA-BERTON, T. D.; ASINELLI-LUZ, A. A importância da inserção da cultura da paz no currículo escolar. **Contexto & Educação**, v. 36, n. 114, p. 301-315, 2021.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.

SANTANA, A. de A.; MUNHOZ, R. F. Caminhos para o Novo Ensino Médio: traçando um itinerário formativo em plataforma adaptativa. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 3, p. 9–15, 2022.

SANTOS, J. L. D. de M. *et al.* A importância da prevenção e combate à violência escolar para a construção de uma cultura de paz. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 11, p. e4435, 2024.